



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional  
Sub-eixo: Trabalho Profissional

## A EXPRESSÃO DA DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

HELENA DE PAIVA LIGABUE<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende apresentar os resultados de uma pesquisa de dissertação de mestrado realizada com profissionais da política pública de assistência social e que busca compreender a expressão da dimensão educativa nessa política, especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Os resultados aqui apresentados buscaram compreender em pesquisa de campo a visão dos assistentes sociais acerca da dimensão educativa materializada em seus trabalhos no CRAS, em quais perspectivas se realiza essa dimensão, e a visão do profissional sobre como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem orientado a função pedagógica do Serviço Social no CRAS.

**Palavras-chave:** dimensão educativa do Serviço Social; trabalho profissional; política de assistência social.

**Rescue:** This work wants to present the results of research carried out with professionals of the public policy of social assistance and that seeks to understand the expression of the educational dimension in this policy, specifically in the Centers of Reference of Social Assistance – CRAS. The results presented here sought to understand, in fieldwork, the comprehension of social workers about the educational dimension materialized in their functions at the CRAS, in which perspectives this dimension is realized and the comprehension of social worker about how national social assistance policy has been conduct the pedagogy function of Social Work in the CRAS.

**Keyword:** educational dimension of Social Work; professional work; social assistance policy.

### 1 INTRODUÇÃO

Esse artigo pretende apresentar os resultados de uma pesquisa realizada no curso de mestrado em Serviço Social finalizada em 2016. A pesquisa se propõe a pensar sobre a expressão da dimensão educativa do Serviço Social na política pública de assistência social, especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo assim como objetivo geral, “investigar a expressão da dimensão educativa na instrumentalidade do trabalho do assistente social no CRAS”.

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Grupo de Estudo e Pesquisa Sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social. E-mail: <helenaligabue@gmail.com>

As primeiras aproximações com o tema surgiram no espaço de trabalho profissional da pesquisadora, especificamente em dois Centros de Referência de Assistência Social de territórios distintos (um território de pequeno porte um e outro em uma metrópole<sup>2</sup>), espaços nos quais a pesquisadora pôde perceber que o questionamento sobre o “como fazer”<sup>3</sup> e alcançar os objetivos da política de assistência era recorrente entre os profissionais da assistência no cotidiano de trabalho, assim como era recorrente a necessidade de mobilizar a participação da população usuária dessa política nos serviços ofertados pelo CRAS.

A partir dessas primeiras indagações e dos estudos teóricos, foi possível delinear os objetivos da pesquisa e compreender que antes de se questionar “o como fazer a proteção social básica” no cotidiano de trabalho, era importante perceber o “porquê” de se fazer, saindo assim do foco da racionalidade da política e adentrando na instrumentalidade profissional que se liga a uma razão, a um fundamento.

Na construção do projeto de pesquisa ganhou destaque a dimensão educativa do Serviço Social. Durante a época de atuação no CRAS, essa categoria já tinha se destacado, pois a política pública supostamente teria o condão de reforçar os trabalhos socioeducativos com a população referenciada no CRAS.

Após os estudos teóricos na pós-graduação, a dimensão educativa pode ser compreendida como uma esfera<sup>4</sup> que coloca em evidência dois sujeitos – assistente social e o usuário dos serviços socioassistenciais - que ao longo da trajetória histórica profissional, estabeleceram relações e trocas, ora de forma que reforçasse a subalternidade da população, com postura

---

<sup>2</sup> Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 é considerado município de pequeno porte um, aqueles com a população de até 20.000 habitantes. Metrôpoles são municípios com população superior a 900.001 habitantes. (BRASIL, 2005).

<sup>3</sup> As indagações do “como fazer” se referiam ao como fazer a proteção social básica do CRAS, a fim de alcançar os objetivos da PNAS (Política Pública de Assistência Social): como tornar o indivíduo menos vulnerável, como realizar grupos socioeducativos a fim de potencializar os usuários, com quais técnicas e metodologia, etc. Todos esses questionamentos estavam ainda ligados a uma razão abstrata dos profissionais que, imersos no cotidiano de trabalho e nos objetivos da política de assistência, não questionavam de forma mais profunda a política pública de assistência social.

<sup>4</sup> Essa dimensão ganhou nova perspectiva por meio dos estudos realizados nas obras de Abreu (2011a) e também por meio das discussões ocorridas no grupo de pesquisa e estudo GEDUCAS (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social)

autoritária, de inculcamento de ideias cristalizadas; ora de forma mais crítica, com uma postura de respeito a autonomia dos sujeitos e em defesa da suas reais necessidades.

Como apontado nos estudos de Abreu (2011a) a função pedagógica do Serviço Social variou na trajetória histórica da profissão de acordo com o movimento das classes sociais, com a reorganização do capital e também de acordo com o posicionamento profissional perante as lutas sociais de classe.

Ainda sobre a dimensão educativa, pode-se compreender que há uma função pedagógica no trabalho social realizado pelo assistente social e que se liga organicamente a uma cultura - a um modo de vida -, e essa função, no trato profissional, constroi e reproduz os elementos de uma determinada sociabilidade.

Sob esse prisma (a fim de entender como essa dimensão poderia se expressar nos trabalhos sociais do CRAS) e com o refinamento dos objetivos e motivações da pesquisa, foi possível deduzir os seguintes objetivos específicos que compuseram a investigação desejada: estudar os aspectos teóricos que têm fundamentado a dimensão educativa e a instrumentalidade do Serviço Social; investigar qual a compreensão do assistente social acerca da dimensão educativa no trabalho realizado nos respectivos CRAS do estado de São Paulo; investigar como o assistente social materializa a dimensão educativa no trabalho profissional nos CRAS; investigar como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) orienta o trabalho educativo no trabalho do assistente social no CRAS, na perspectiva do sujeito.

## **2 A EXPRESSÃO DA DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: subsídios teóricos e o encontro com a realidade**

A fim de alcançar os objetivos propostos da pesquisa, a dissertação inicialmente contou com os estudos teóricos que, de forma dialética, embasaram toda a pesquisa empírica. Sendo assim nos capítulos iniciais foi

importante a retomada da categoria trabalho no seu sentido ontológico para que este estudo pudesse iluminar o entendimento do trabalho atual do assistente social, como este está subvertido na ordem do capital contemporâneo, sob os valores do trabalho abstrato.

Assim, alicerçou-se a discussão do trabalho do assistente social na atualidade, compreendendo sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho de modo de produção capitalista e que hoje, mesmo tendo como norte o projeto ético-político-profissional, o qual defende uma sociedade emancipada do capital, a profissão participa da reprodução das relações sociais, tanto na esfera objetiva - a reprodução material da classe trabalhadora -, como também da subjetiva, de manutenção dos valores dessa sociedade. Porém, podendo nessa última esfera, a partir da instrumentalidade inerente a profissão, atuar na luta por uma nova concepção de mundo, diferente da do capital.

Nas palavras de Yamamoto (2006, p. 75), o trabalho do assistente social:

[...] Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto de mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas.

Também a partir dos elementos teóricos estudados, a pesquisadora pode alcançar a compreensão que a função pedagógica, que constitui essa dimensão, como nos revela Abreu (2011) em seus estudos, traz em si um princípio educativo que remete a uma determinada cultura e modo de produção.

O princípio educativo materializado nas ações profissionais indicará a qual sociabilidade o profissional estará se orientando, sendo necessário esse nexos educativo ser apreendido e desvelado pelo profissional a fim de que possa instrumentalizar ações coerentes com suas perspectivas teóricas e políticas.

E estas intervenções, como nos mostrou a trajetória histórica do Serviço Social, poderão incidir na forma de ser e agir da população usuária dos serviços socioassistenciais, contribuindo para a organização da cultura de uma determinada sociabilidade: a do capital ou emancipada dele.

Como analisa Abreu (2011), essas linhas pedagógicas se sobrepõem, são reorganizadas de acordo com o movimento das classes fundamentais e de como o Serviço Social se relaciona e se apropria dos projetos societários.

Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação política ideológica sobre o trabalho. Em contraposição a essa tendência, evidencia-se nas três últimas décadas, no desenvolvimento profissional no contexto brasileiro, a construção de práticas educativas consubstanciadas no estabelecimento de vínculos e compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990. (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 1).

Postas essas considerações iniciais, também foram levantados subsídios teóricos sobre o trabalho do assistente social na política pública de assistência social e como a dimensão educativa poderia se manifestar nesse espaço de trabalho. Sendo assim, primeiramente, foi observada a funcionalidade da política pública de assistência social na atual conjuntura de reordenamento do capital, de exacerbação da questão social e das incursões das políticas neoliberais no país.

Foram compreendidas as contradições da política pública de assistência social, enaltecendo seus avanços enquanto luta histórica da categoria e das classes subalternas que participaram no processo de consolidação da assistência no campo dos direitos sociais. Assim, verificou-se que o SUAS – Sistema Único de Assistência Social -, inaugura preceitos importantes já levantados pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), como os conselhos de direito, a necessidade de um fundo de assistência social em todo território, a realização de planos anuais que indiquem e trabalhem as

vulnerabilidades específicas de cada região, a descentralização administrativa, o comando único das ações, etc.

No entanto, pôde-se analisar de forma crítica que o SUAS surge em tempos neoliberais e possui em seus pilares também os determinantes da sociedade do capital. As políticas sociais são ao mesmo tempo um espaço de reprodução das forças produtivas do capital, como também espaço de lutas pelos direitos sociais.

A política pública de assistência social insere-se nessa discussão e vem compor na sociedade do capital, na era Toyota, mecanismos de manutenção do exército de reserva da força de trabalho, por meio, por exemplo, dos mínimos sociais fornecidos pelos programas sociais de transferência de renda, como avalia Silva (2014). E é nessa política que se concentra grande parte dos trabalhadores assistentes sociais e que necessitam estrategicamente buscar - em tempos em que diretrizes neoliberais como o da focalização e seletividade passam a constituir as políticas de proteção -, formas de enfrentamento para ampliação dos direitos sociais.

Também importante lembrar, conforme levantado nas reflexões teóricas de Guerra (2014), fazem parte da realidade das políticas sociais, traços da razão formal abstrata como o tecnicismo, burocracia, pensamentos fragmentados e imediatos, e que permeiam os pensamentos e formas de trabalho nos espaços de atuação do assistente social.

Entretanto verificou-se nessa pesquisa que a função pedagógica do assistente social em uma perspectiva de emancipação humana pelas classes subalternas, alicerça-se a partir das contradições impressas na realidade, por meio de intervenções orientadas por uma concepção teórico-crítica. E para que as ações sejam concretizadas, é importante que o profissional compreenda os determinantes que atravessam o seu espaço de trabalho, assim como os que incidem na vida da população que buscam a política de assistência social.

Sob esse pano de fundo teórico, buscou-se responder alguns questionamentos: como a dimensão educativa do Serviço Social tem se expressado na política pública de assistência social? Como o assistente social tem compreendido essa dimensão? Sob quais práticas e intervenções ações a

viabiliza? Quais perspectivas teóricas que a fundamenta? Quais são os desafios? Como a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) o orienta?

Em relação às escolhas metodológicas da pesquisa de campo, para compor o universo da pesquisa, foi realizado um sorteio escolhendo um CRAS de cada porte<sup>5</sup> (pequeno porte 1, pequeno porte 2, médio porte e grande porte), totalizando o universo da pesquisa inicialmente 4 CRAS dos municípios sob administração da DRADS - Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social - Mogiana<sup>6</sup>. Porém, o CRAS de grande porte, o único da DRADS Mogiana, manifestou desinteresse em participar da pesquisa. Assim, foram investigados CRAS dos tamanhos: pequeno porte 1, pequeno porte 2 e médio porte.

Foram convidados a participar da pesquisa de campo os assistentes sociais que integram a equipe técnica dos CRAS, totalizando 5 participantes que são trabalhadores que estão na linha de frente dessa política e se relacionam diretamente com as categorias em análises.

Sobre a técnica de coleta de dados, planejou-se prioritariamente, trabalhar grupos focais junto aos assistentes sociais que compõe as equipes dos CRAS. Nos CRAS que contavam com somente um profissional foi utilizado como técnica a entrevista semiestruturada com as mesmas perguntas orientadoras<sup>7</sup> realizadas no grupo focal, para que não houvesse dificuldade nas análises dos dados.

---

<sup>5</sup> A escolha em diversificar os territórios (municípios de portes diferentes) foi proposital, a fim de abarcar realidades diferentes, expressões da questão social ligadas aos territórios, acreditando-se dessa forma, que seriam encontradas formas variadas de trabalhos realizados, fluxos diferentes de atendimentos, enriquecendo-se as análises da pesquisa de campo, em termos da pesquisa qualitativa.

<sup>6</sup> Decidiu-se como universo da pesquisa a DRADS Mogiana, pois a mesma representa o território na qual a pesquisadora se inseria, verificando maiores condições para realização da pesquisa de campo, uma vez que residindo nessa região a pesquisadora possuía mais facilidade de acesso (locomoção) aos respectivos CRAS.

<sup>7</sup> Perguntas orientadoras da Pesquisa de Campo: Quando é dito: a dimensão educativa do Serviço Social, o que te vem em mente? O que você entende sobre esse tema? ; A dimensão educativa se manifesta no seu dia-a-dia de trabalho do CRAS? Se sim, através de que práticas, ações e intervenções? Que práticas são essas? ; Existe algum direcionamento institucional (da equipe ou da coordenação) que oriente a forma como a dimensão educativa deva ser realizada no CRAS, em seus trabalhos e práticas? ; Quais subsídios teóricos têm fundamentado o seu trabalho no CRAS na realização de práticas que materializam a dimensão educativa do Serviço Social? ; Na materialização da dimensão educativa no CRAS, ela procura atingir alguma perspectiva ou objetivo? Como você analisa o alcance dela? Qual a intencionalidade dessas práticas e ações? ; A dimensão educativa do Serviço Social materializada no trabalho com os usuários, representa (vai na direção do/ ou, avalia que está na perspectiva) a perspectiva ético-

Na pesquisa de campo foi verificado que os participantes não possuíam total clareza sobre a categoria dimensão educativa. Porém, possuem certa ideia de como essa se manifestava em seus trabalhos nos CRAS. Nesse sentido, os grupos socioeducativos foram muito citados como um dos espaços mais profícuos para o profissional se aproximar das demandas trazidas pela população usuária da política.

Também refletiram que a função pedagógica do assistente social pode ocorrer por meio de outras técnicas e instrumentos, como a visita domiciliar, a acolhida de usuários no CRAS, o acompanhamento de famílias e indivíduos, e nos momentos em que o profissional realiza diversas orientações em relação, por exemplo, aos direitos sociais da população.

No entanto, a pesquisa pôde constatar que os profissionais não possuíam uma compreensão profunda sobre a função pedagógica do assistente social, nos termos de Abreu e Cardoso (2009), as quais revelam que por meio dela contribui-se para a formação ídeo-político-cultural da população, ou seja, que as ações profissionais poderiam colaborar com formas de pensar e agir dos sujeitos. Podendo o profissional em suas ações atender às reais necessidades das classes subalternas, ou trabalhar em oposição às demandas humano-genéricas dos sujeitos.

Em relação aos entraves institucionais que impedem a realização de ações que manifestam a dimensão educativa do trabalho social, num primeiro momento os participantes da pesquisa concluíram que não há esse tipo de obstáculo, em se tratando da equipe técnica dos CRAS (outros colegas profissionais e coordenadores).

No entanto, apontaram críticas em relação à política local que por vezes interfere na concretização da dimensão educativa nos trabalhos do CRAS, sendo destacado: a não compreensão dos gestores sobre os direitos sociais dos usuários da assistência social; os poucos recursos destinados à capacitação profissional e também à estruturação física dos CRAS; os modelos de trabalho já prontos nos quais são obrigados a seguir nas atividades com os

---

política do profissional? ; Quais são as dificuldades (desafios) para a realização e materialização dessas práticas e quais são suas potencialidades (facilidades)? ; A Política Nacional de Assistência Social orienta essa dimensão-educativa? De que forma? Com qual intencionalidade?



jovens do Programa Ação Jovem<sup>8</sup>, dificultando um trabalho mais crítico que poderia ser desenvolvido; e também a permanência ainda hoje de práticas assistencialistas e clientelistas.

Em relação à perspectiva que tem fundamentado os trabalhos dos assistentes sociais no CRAS, pôde ser apreendido nas falas dos participantes da pesquisa que há uma pedagogia que afirma a defesa dos usuários por meio da garantia de seus direitos sociais<sup>9</sup>, e também traços de uma pedagogia mais conservadora.

Sobre a perspectiva que visa à garantia de direitos, percebeu-se que as falas profissionais ficavam presas nos limites dos direitos sociais previstos em leis, não havendo um entendimento mais profundo sobre os reais interesses dos usuários - que vão além da política pública de assistência social e dos direitos sociais. Portanto, uma visão legalista que no máximo concebe a emancipação política desses sujeitos, sem uma visão mais crítica sobre a sociedade de classes e suas contradições.

Assim, compreende-se que os profissionais da pesquisa de campo entendem a proposta de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas nos marcos da emancipação política dos sujeitos, tendo como referência em suas práticas cotidianas de trabalho os direitos de segunda dimensão, porém sem um aprofundamento das necessidades humanas e o alargamento desses direitos. Sendo assim, como nos evidenciam as falas da pesquisa de campo, possuem como perspectiva o que está posto no Estatuto do Idoso, no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), na PNAS, na Constituição Federal, e nas leis orgânicas do seus municípios.

Percebe-se que os profissionais não buscam adentrar-se em uma reflexão mais crítica e que remeta a um entendimento de totalidade histórica, em relação às necessidades dos sujeitos atendidos (para além da imediatidades postas pelo usuário). Necessidades essas que ultrapassam as leis e que indicam as contradições da sociedade capital. Dessa forma,

---

<sup>8</sup> Programa de Transferência de Renda do governo do estado de São Paulo destinado a jovens estudantes entre 15 a 24 anos com renda familiar de até ¼ do salário mínimo por pessoa.

<sup>9</sup> Como exemplo, um dos participantes da pesquisa citou que em seu espaço de trabalho é realizado grupo socioeducativo com os idosos, onde se discute os direitos compreendidos no Estatuto do Idoso; Houve outros exemplos, como as diversas orientações relativas aos direitos sociais feitas nas visitas, atendimentos e em procedimentos coletivos.

depreende-se das reflexões dos assistentes sociais, que estes não vislumbram elementos e valores de uma nova sociedade e cultura, com perspectiva à emancipação humana.

Assim verificou-se que a função pedagógica, em uma perspectiva mais emancipatória, instrumentaliza-se no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais participantes da pesquisa de campo, por meio de uma visão legalista e também pelos objetivos da PNAS. Isso ficou constatado quando a pesquisa indagou quais eram os subsídios teóricos que têm norteado as ações profissionais. Ganham grande destaque as leis sociais já mencionadas e também a PNAS. Esta última foi citada juntamente com os conteúdos (cartilhas e cadernos orientativos) produzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Nos cadernos orientativos do MDS são reforçadas ideias como a importância de buscar as potencialidades dos indivíduos, fortalecer a função protetiva das famílias, romper ciclos de pobreza, estimular a participação do usuário, etc, podendo remeter àquilo que Abreu (2011) chamou de “pedagogia da ajuda<sup>10</sup>” e “pedagogia da participação<sup>11</sup>”, uma vez que a política de assistência social problematiza esses termos dentro de conceitos como vulnerabilidades e risco social, os quais, por sua vez, não estão inseridos na discussão da questão social (embate capital x trabalho).

Como consequência dessa razão impressa na política, corre-se o risco das ações profissionais (sem o devido rigor teórico), trazer para o nível do indivíduo e da família, demandas históricas que são expressões da questão

---

<sup>10</sup> Segundo Abreu (2011), a pedagogia da ajuda consistiu em ações educativas disciplinadoras realizadas nas intervenções profissionais na gênese do Serviço Social brasileiro, como instrumento de poder, visando adequar o indivíduo a sociedade, negando seus reais interesses. A questão social era vista de forma naturalizada, o que levava à culpabilização dos indivíduos por suas condições sociais e ao tratamento de suas necessidades no nível do psicológico.

<sup>11</sup> A pedagogia da participação, denominação dada por Abreu (2011) às ações dos assistentes sociais a partir da influência do pensamento desenvolvimentista modernizador entre as décadas de 1940 a 70, tinha como norte orientativo a política participacionista e de desenvolvimento (o Desenvolvimento de Comunidade), atuando sob os mesmos vetores da pedagogia da ajuda: “[...] psicologização das relações sociais; manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social; e combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao ‘novo’ ordenamento econômico e social sob o domínio do capital.” (ABREU, 2011a, p. 107).

social, atribuindo aos sujeitos questões complexas e estruturais, porém sem a devida leitura de totalidade.

Dessa forma, em relação a uma função pedagógica mais conservadora, pôde-se constatar no trabalho de alguns assistentes sociais participantes da pesquisa, traços da pedagogia da ajuda, sob a temática da individualização das expressões da questão social.

A partir do momento que não se compreende as demandas trazidas pelos usuários da assistência social - e isso se dá pela razão instrumental/formal que não visa a compreender as causas e fundamentos e sim a realidade fragmentada -, famílias e indivíduos são culpabilizados por suas condições materiais. Essa prática foi percebida nas reflexões dos participantes da pesquisa que sinalizaram em suas ações educativas compreensões moralistas e de psicologização da questão social.

Pelo fato da PNAS não discutir proteção social de acordo com as reais necessidades humanas, embasadas numa teoria social crítica, e em uma perspectiva de proteção social mais universal, e também pelo fato da PNAS ser a ferramenta de orientação teórica e metodológica profissional dos participantes da pesquisa, isso gerou – como constatado -, um esvaziamento do trabalho do assistente social.

Corroboraram também para essa situação, como já mencionado, os elementos da razão instrumental (formal) que permeiam o trabalho dos assistentes sociais, uma vez que os profissionais não elegeram para seu substrato teórico os fundamentos do pensamento crítico de Marx.

Dessa forma, como estes profissionais não estão balizados em uma razão mais crítica, não desvelam os “porquês” da política. Ao contrário, se interrogam em “como realizar a proteção social básica” em “como quebrar ciclos de pobreza”, “como fazer com que os usuários participem das atividades do CRAS”, ao invés de questionar os reais interesses dessa política e também as reais necessidades dos usuários em relação à política.

Nesse sentido, constatou-se também em pesquisa de campo por meio das perguntas orientadoras, aquilo que Iamamoto (2006) chamou de “fatalismo e messianismo profissional”, visto que alguns participantes da pesquisa sentiam-se frustrados por não conseguir adesão e participação dos

usuários em seus trabalhos e também por não conseguir romper com ciclos de pobreza que se perpetuam em gerações de uma família. Ao não compreender a história em sua processualidade e assim não analisar as possibilidades de mudanças nas contradições da realidade em que atua, o profissional acredita que sua ação fracassou.

No entanto, apesar das questões apuradas em pesquisa de campo, analisa-se que essas considerações estão longe de abarcar a totalidade da dimensão educativa expressa nos trabalhos dos CRAS, sendo apenas, uma amostragem qualitativa de uma determinada realidade verificada. Amostragem essa que nos mostrou que práticas educativas conservadoras e tradicionais se reatualizam e se mesclam a práticas com vistas à perspectiva emancipatória.

Contudo, analisa-se que as indagações e resistências dos profissionais verificadas na pesquisa de campo em relação à expressão da dimensão educativa do trabalho social nos CRAS, fazem desse espaço de trabalho não um ponto de chegada, mas de partida, pois se há contradições, há possibilidades de novas construções e aproximações cada vez mais congruentes com o projeto ético-político-profissional e com uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas.

### **3 CONCLUSÃO**

Diante de tantos entraves profissionais e determinantes externas que atravessam o cotidiano de trabalho profissional na política pública de assistência, indaga-se: como atuar na perspectiva do projeto ético-político-profissional?

Primeiramente, como nos indicou a pesquisa de campo, é necessário voltarmos para os fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social que elegeu a teoria crítica de Marx como subsídio fundamental para compreensão da realidade.

Uma vez o profissional imbuído de ferramentas teóricas embasadas pela razão crítica, terá condições de compreender que é na esfera das

contradições que se vislumbra um veio condutor que pode nos aproximar dos vetores de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas.

É no trabalho molecular e processual que a defesa do usuário é realizada, que posturas éticas são tomadas, que informações, pareceres técnicos são realizados imbuídos de uma perspectiva mais crítica que possa não só alargar direitos, mas também desconstruir os valores da atual sociabilidade.

E para além dessa postura do dia-dia nos espaços tradicionais de trabalho que compõe a política de assistência, é preciso buscar nos espaços de maior força política, como os movimentos sociais, as lutas em sindicatos, conselhos, fóruns, etc, a inserção das discussões e pautas dos usuários da política de assistência.

A dimensão educativa do trabalho social se insere nessa luta cotidiana do trabalho do assistente social junto ao usuário dos seus serviços, onde se busca romper com o que está estabelecido e recompor direitos violados, buscando nesse lugar de encontro e comunhão de ideias fazer a história diferente, visto que é por meio das relações sociais entre os homens, em seus processos de produção e reprodução da vida, que se institui o novo, que se constrói cultura e modos de ser e viver.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

\_\_\_\_\_. Assistência Social, mobilização, educação popular. In: CFESS (Org.). **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional. Brasília, DF, 2011b.

\_\_\_\_\_.; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho; CARDOSO, Franci Gomes; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A categoria 'processo de trabalho' e o trabalho do Assistente Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 58,

p. 109-130, nov. 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social, 2)

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e direitos. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF, 2009.

CFESS. **Parâmetro para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, DF, 2011. (Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

COUTO, Berenice Rojas et al. (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GIAQUETO, Adriana (Org.). **A dimensão educativa no trabalho social: exercício de reflexão**. Jundiaí: Paco, 2015.

GUERRA, Yolanda. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 54, p. 9-25, jul. 1997.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e Serviço Social**: a pontencialidade da prática profissional. 2. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. L. 1. v. 1.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. L. 2. v. 2.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da; ELIAS, Witanaia de Freitas. A dimensão sócio-educativa do Serviço Social: elementos para análise. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 14, n. 1, p. 41-62, jun. 2005.

PAULO NETTO, José. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 44, p. 62-42, abr. 1994.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo: **Economia política**: uma introdução. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008

PEREIRA, Potyara Amazoneida P.; STEIN, Rosa Helena. Política social: universalidade versus focalização: um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. A categoria mediação em Serviço Social: caminho para enfrentar o dilema da relação teoria-prática. In: ENPESS, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais....** Juiz de Fora: ABEPSS, 2012.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilema na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas do Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.